

O SISTEMA EDUCACIONAL E A SUA REESTRUTURAÇÃO HISTÓRICA: O PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO E O ESTUDO ELITIZADO

Júlia Vitória Roratto Viecili

Graduanda em Direito pelo Centro Universitário FAEMA – UNIFAEMA.
E-mail: juliavitoriarorattov@gmail.com

Enayse Dias Barbosa

Graduanda em Direito pelo Centro Universitário FAEMA – UNIFAEMA.
E-mail: enaysediasbarbosa13@gmail.com

Jessica F. de M. Mendes

Graduanda em Direito pelo Centro Universitário FAEMA – UNIFAEMA.
E-mail: jessicamendesm1@gmail.com

Indyara Fantin Pereira

Graduanda em Direito pelo Centro Universitário FAEMA – UNIFAEMA.
E-mail: fantinindyara@gmail.com

Giane S. C. S. Rodrigues

Docente do Centro Universitário FAEMA – UNIFAEMA.
E-mail: giane.rodrigues@unifaema.edu.br

Rubens Darolt Júnior

Advogado e Especialista em Direito e Processo Tributário, Docente do Centro Universitário FAEMA – UNIFAEMA.
E-mail: rubens.darolt@unifaema.edu.br

Submetido: 11 fev. 2022.

Aprovado: 16 fev. 2022.

Publicado: 24 fev. 2022.

E-mail para correspondência:

juliavitoriarorattov@gmail.com

Este é um trabalho de acesso aberto e distribuído sob os Termos da *Creative Commons Attribution License*. A licença permite o uso, a distribuição e a reprodução irrestrita, em qualquer meio, desde que creditado as fontes originais.
Imagem: StockPhotos (Todos os direitos reservados).



Open Access

Introdução

O sistema educacional pode ser compreendido como toda a rede de educação envolvida na busca pelo desenvolvimento inteligível dos estudantes, abrangendo desde a estrutura física das escolas, até as pessoas e os métodos utilizados para realizarem essa tarefa. Em busca de melhorias nesse sistema, após complicações, o Plano Nacional de Educação (PNE) foi criado e instaurado pelo Governo Federal, a fim de garantir que bons resultados fossem adquiridos com o passar do tempo. No entanto, situações contraditórias passaram a ser identificadas nesse âmbito, uma delas é a chamada elitização do estudo. Essa, deve ser entendida como o provimento de determinado tipo de ensino apenas para poucas pessoas, as quais, geralmente, possuem boas condições econômicas, fazendo com que a grande maioria alcance apenas o estudo comum. Dessa forma, esse trabalho terá como intuito apresentar tais conceitos e suas características.

Objetivos

Por meio deste texto, buscou-se propor uma reflexão acerca do assunto e meios de identificar essa situação, utilizando-se de ferramentas disponibilizadas no ordenamento jurídico brasileiro, as quais provem meios de garantir maior igualdade à população, tal como auxílios nos ingressos das universidades, das escolas de ensino privado, nos sistemas de avaliação, além da elaboração do artigo 205, da Constituição Federal de 1988, o qual foi criado para as questões voltadas à ocorrências de cunho discrepante, a fim de disponibilizar maior amparo legal aos estudantes.

Metodologia

Por meio da pesquisa qualitativa, abordou-se a questão da educação, a forma com que ela é reproduzida nas instituições de ensino e a maneira que é desenvolvida. Pautou-se no contexto histórico de forma ampla, período temporal percorrido até o momento em que o PNE foi desenvolvido e posto em prática. Inserido no coletivo social, retratou-se neste documento a dificuldade que os estudantes passam diante das discrepâncias existentes nas plataformas estudantis e o reconhecimento dessas no âmbito legal. A elitização instaurada no

sistema educacional também ganhou relevância, pesquisas começaram a serem feitas, a fim de tentar compreender o processo histórico percorrido desde o início das instituições de ensino até o momento atual. Por fim, utilizou-se a pesquisa explicativa para identificar os fatores que determinam ou contribuem para a ocorrência do fenômeno social, além da pesquisa bibliográfica, em que buscou por meio de livros e artigos científicos localizados na plataforma de dados Google Acadêmico, fundamentar este trabalho, ao qual se obteve como resultados prévios, uma possível contribuição para esta problemática social.

Resultados e discussões

Com o desenvolvimento da capacidade intelectual das populações, conforme o passar do tempo, e a maior busca pela educação sendo solicitada de forma universal, o objetivo principal se dava em levar essa para todos, fazer com que ela chegasse a pontos de difícil acesso e com poucos recursos, mas que, mesmo assim, estivesse presente. Entretanto, hodiernamente, por já se fazer presente em muitas dessas localidades, o objetivo voltou-se para a sua estruturação, qualidade e eficácia, a fim de garantir o desempenho adequado.

Dessa forma, busca-se alcançar a plenitude que o direito a educação garante – artigo 205 da Constituição Federal de 1988 –, ou seja, um desenvolvimento acadêmico pleno, com boas condições físicas, bons profissionais, uma gestão organizacional voltada à objetivação da desenvoltura estudantil dos alunos, pautada em uma base forte com direcionamentos sociais e críticos. Ademais, a escola deve, sempre que possível, estar de acordo com as demandas sociais para promover uma educação certa e eficaz.

Sob esse viés, na busca pela maior qualificação educacional, em 2014, foi elaborado um plano de metas, nomeado de Plano Nacional da Educação (PNE), a fim de orientar as ações do Governo Federal nos 10 anos seguintes. De acordo com o exposto por Karino ⁽¹⁾:

Neste plano, o primeiro grupo de metas busca a garantia do direito à educação básica com qualidade, o que envolve a garantia do acesso, a ampliação da escolaridade e a melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem. Um segundo grupo de metas tem como propósito a redução das desigualdades e a valorização da diversidade. Em conjunto, esses dois grupos de metas indicam a relevância da promoção da qualidade com equidade. No PNE, aponta-se ainda, como estratégia para cumprimento das metas, a necessidade de se fortalecer os sistemas de monitoramento e avaliação.

Além disso, outra questão passou a ser pauta de análise, o porquê de diferentes escolas proporcionarem diferentes resultados, apesar de estarem utilizando os mesmos métodos de ensino. A partir disso, Teodorovic ⁽²⁾ levanta pontos que possam explicar essa controvérsia existente, os quais se dividem em três grupos, sendo eles: os estudos de input output, de eficácia escolar e os de eficácia docente. O primeiro, no que abrange os inputs, ele se refere à infraestrutura do local, as verbas que são destinadas a ele, a parte dos recursos humanos, considerado por ele, fatores essenciais para um bom desenvolvimento.

Ademais, no que diz respeito à eficácia escolar, Teodorovic ⁽²⁾ volta seus olhos a parte processual do ensino, analisando os desempenhos dos estudantes através do sistema de liderança, nos profissionais presentes, nos objetivos instituídos, no foco colocado para concluir as metas desejadas, no clima acadêmico como um todo e a sua monitoração. Logo, todos os pontos devem trabalhar em consonância, para obter-se os outputs desejados, os quais seriam os resultados positivos dos alunos no âmbito do desenvolvimento eficiente.

Parte-se, então, para outro ponto de ressalva, a elitização que ocorre desde os primórdios, fazendo com que ocorra uma diferenciação social e estudantil no âmbito escolar. Bourdieu ⁽³⁾ aponta que a escola pública é alvo de procura maior entre as classes desfavorecidas e, concomitantemente, tratada de maneira desigual pelo Estado, privilegiando umas em detrimento de outras. Além disso, Da Costa ⁽⁵⁾ também faz referência ao prestígio escolar, o qual se dá pelo resultado de avaliações escolares em âmbito nacional, como o IDEB, sendo compreendido de acordo com os elementos diferenciadores dos locais de ensino, os quais são submetidas as mesmas questões avaliativas, dentro do mesmo sistema, usufruindo apenas de reputações diferentes.

De acordo com as estratégias debatidas por Bourdieu ⁽³⁾, Da Costa, Prado e Rosistolato ⁽⁴⁾, é possível, portanto, considerar a escola pública um objeto do espaço social a ser conquistado e ocupado e, para isso, em um sistema educacional estratificado, estratégias são necessárias.

No presente estudo, o que se demonstra é que as oportunidades de estudo para as classes mais carentes apenas mascaram um sistema educacional estratificado, sendo pertinente afirmar que a camada social que detém os recursos mais escassos, pode ser considerada uma elite, situação representada nas escolas, onde o acesso à educação se dá de forma desigual. ⁽⁵⁾

Assim, para compreender melhor tal situação, uma avaliação histórica deve ser feita. Segundo Souza ⁽⁷⁾, “a história do Brasil é marcada preponderantemente pela dependência, exploração, violência, desrespeito às diferenças culturais e privilégio de alguns em detrimento da grande maioria da população”. A primeira forma de ensino foi introduzida com a chegada dos europeus, com o tempo, já no contexto de reforma protestante, os jesuítas percursores da palavra do Divino, ensinavam sobre os dogmas da igreja Católica, com objetivo colonial.

Apesar de a primeira Constituição Brasileira, outorgada em 1824, garantir em seu artigo 179: “a instrução primária e gratuita a todos os cidadãos”, houve a descentralização do ensino, de um lado para a formação da elite e, de outro, para as classes populares. Ainda, na Primeira República, não fica diferente a desorganização e a dualidade do sistema educacional brasileiro, assim, a base elitizada da educação permitiu a continuação da desigualdade social e a descentralização do ensino. ⁽⁶⁾

Logo, com a criação do Ministério da Educação e as secretarias de Educação dos estados, um novo caráter surgiu com o ideal de educação obrigatória, gratuita e laica. Portanto, a Constituição de 1934, visava à organização do ensino brasileiro. Porém, em 1937, na implantação do Estado Novo, ocorreu um retrocesso no papel do Estado para com a educação, tonando-se apenas subsidiário, renunciando a sua responsabilidade, substituindo todos os direitos alcançados em 1934, conforme Ghiraldelli ⁽⁸⁾.



Da mesma forma, antes e durante o período ditatorial, não existiu mudança, a qual só se concretizou em com a promulgação da Constituição de 1988, sendo possível a elaboração de políticas com a finalidade de democratizar o acesso ao ensino, através da inserção de classes desprivilegiadas no sistema educacional, ressaltada pelo artigo 205. Por fim, afirmou-se que o sistema escolar brasileiro é fundamentado pela ineficiência da lei de políticas de ações afirmativas, o qual tem como objetivo erradicar as desigualdades sociais e tornar acessível a educação.

Conclusão

A partir da análise praticada, foi possível compreender que a realidade das escolas, de modo abrangente, demonstra que apesar de aplicarem a mesma grade curricular, acabam obtendo resultados diferentes, muitos desses podem ser justificados pela estrutura do local e, até mesmo, pelos profissionais ali presentes. Outra questão que passou a ser abordada, foi a referência feita ao estudo elitizado, ou seja, o estudo disponível para as pessoas consideradas da elite e o estudo que os outros eram capazes de alcançar, de comum acesso. Logo, diante dessa situação, uma forma de tentar regular tal disparidade, além dos amparos já existentes, consiste em buscar no processo histórico, o que exatamente pode ter desencadeado essa lógica de ações, para assim, rebater fortemente na raiz do problema. Ou seja, desestigmatizar os estereótipos existentes em busca da desigualdade, deixando claro que respeito e superioridade são diferentes, que o sistema de cotas não diminui pessoas, apenas tenta corrigir atitudes errôneas, da mesma forma que esta prática está sendo requerida, buscando equidade, desde os pontos físicos quanto sociais, igualando os resultados.

Palavras-chave: Educação. Eficácia. Escolas. Desenvolvimento. Diferença.

Referências

- 1 Karino CA. Universidade de Brasília [Internet]. Avaliação da igualdade, equidade e eficácia no sistema educacional brasileiro; 5 set 2016 [citado 14 nov 2021]. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/21386>.
- 2 Teodorovic J. School Effectiveness: Literature review. Зборник Института за педагошка истраживања (Serbian Institute for Educational Research), v. 41, n. 1, p. 297-314, jul. 2009.
- 3 Bourdieu P. A escola conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura. Escritos de Educação. Petrópolis: Vozes, p. 39-64, 2003.
- 4 Da Costa M; Do Prado AP; Rosistolato R. "Talvez se eu tivesse algum conhecimento...": caminhos possíveis em um sistema educacional público e estratificado. Interseções: Revista de Estudos Interdisciplinares, v. 14, n. 1, 2012.



5 Da Costa M. Prestígio e hierarquia escolar: estudo de caso sobre diferenças entre escolas em uma rede municipal. *Revista Brasileira de Educação*, v. 13, n. 39, p. 455-469, 2008.

6 Brasil. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988; [citado 14 nov 2021]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm.

7 Souza JCS; Santos MC. Contexto histórico da educação brasileira. *Revista Educação Pública*, v. 19, nº 12, 25 de junho de 2019. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/19/12/contexto-historico-da-educacao-brasileira>.

8 Ghiraldelli Junior P. *História da Educação*. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 1994